

A conspiração revolucionária da oposição brasileira a Vargas no Prata (1930-1934)

Carlos Roberto da Rosa Rangel¹

Resumo: O presente artigo analisa os conflitos entre setores da elite política paulista e sul-rio-grandense e desses com o governo federal, entre 1930 e 1934. Exilados no Prata, paulistas e gaúchos articularam planos revolucionários que não se efetivaram devido ao crescente apoio recíproco entre os governos de Gabriel Terra (Uruguai), Getúlio Vargas (Brasil); os paulistas substituíram a possibilidade revolucionária por um arranjo político com o governo federal; e os frenteunistas gaúchos dividiram-se entre os adeptos da revolução regionalista e os defensores do retorno às atividades partidárias. Nos dois grupos, o discurso de oposição aos regimes autoritários foi substituído por uma postura de subordinação do sujeito social ao aparato estatal.

Palavras-chave: Região Platina; exilados brasileiros; conflitos políticos.

Abstract: This article analyses the conflict between *sul-rio-grandense* political elite and federal government, from 1930 to 1938. *Paulistas* and *gaúchos*, exiled in *Prata*, articulate revolutionary plans that were not effective due to increased support between Gabriel Terra and Getúlio Vargas governments. *Paulistas* replaced the revolutionary possibility by a political agreement; and *frenteunistas gaúchos* divided into followers of regional revolution or defender of party activities. In both groups, the discourse on opposition to authorities systems was replaced by a subordination stand of social individual related to state control.

Keywords: Region of the Prata; exiled Brazilian; political conflicts.

¹ Carlos Roberto da Rosa Rangel. Mestre em História pela UPF, Professor do curso de História do Centro Universitário Franciscano – RS, doutorando em História pela UFRGS. Endereço: R. Olavo Bilac, nº 344, casa 5, Santa Maria-RS, CEP 97 015 440. e-mail: c.rangel@zaz.com.br.

1. Introdução

Na década de 1930, os países platinos foram assolados por uma sucessão de golpes de estado e por intensas atividades conspiratórias promovidas por exilados políticos que arquitetavam movimentos conspiratórios e militares contra as forças instaladas no poder em seus países de origem. Tratava-se de um forte momento de instabilidade política que não se restringia aos países da Prata, mas estendia-se por toda a América latina, sendo previsível que o intervencionismo estatal, de caráter autoritário e conservador, provocasse um turbilhão de golpes centralizadores. Na Argentina, os militares conduzidos pelo General Uriburu, derrotaram o governo de Hipólito Yrigoyen (1930); Na Bolívia (1930) Hernando Siles foi derrubado pelos militares que, depois de assistirem ao fracasso da mobilização nacional diante do inimigo externo, na guerra do Chaco, lançaram-se à aventura socialista; no Chile, Carlos Ibáñez, paralisado diante do colapso do mercado consumidor de cobre e nitratos, foi derrubado por militares (1931) sucedendo-se, no governo, os socialistas do Coronel Marmaduke Grove e os conservadores de Arturo Alessandri, num frágil equilíbrio político; no Paraguai, terminada a guerra do Chaco, o Presidente Ayala foi destituído pelo Coronel Franco (1936), até que o derrubassem; seguindo essa tendência, Equador (1931), Venezuela (1931), El Salvador (1931), Panamá (1931), Peru (1930), Cuba (1933) e México (1934), igualmente, experimentaram forte período de instabilidade, com diferentes acomodações, em função das peculiaridades históricas de cada país.

Como reação e como forma de fortalecimento frente à instabilidade política e econômica, neste mesmo período, Uruguai e Brasil iniciaram um processo de aproximação, a exemplo do acordo alfandegário de 1931, das visitas de Gabriel Terra ao Brasil em 1934 e de Getúlio Vargas ao Uruguai em 1935. Essa aproximação foi particularmente favorável ao governo de Gabriel Terra, que nasceu envolto por divisões internas do Partido Colorado e cingido por uma sistemática oposição dos nacionalistas.

Eduardo Acevedo, com certa razão, chegou a afirmar que ninguém orientava, comandava ou dirigia nada no Uruguai (Machado, 1997:108), tendo em vista a divisão do Conselho Nacional de Administração e do Senado, assim como a forte oposição na Câmara dos deputados. A instabilidade só aumentou com os preparativos de insurreição armada dos herreristas e saravistas no Norte Uruguaio, que só não aconteceu em virtude do apoio do governo brasileiro em não permitir o trânsito de

armas do Rio Grande do Sul para o território Uruguaio e pelo acordo entre Terra e Herrera que favoreceu o golpe de 31 de março de 1933, quando se iniciou um período autoritário e com forte centralização política-administrativa.

No Brasil, desde a década de 1910, ocorreram mobilizações políticas contestatórias marcadas por dissidências nos quadros tradicionais, com forte dualidade entre um civilismo liberal e um militarismo intervencionista. Com uma década de atraso em relação aos seus vizinhos platinos, o Brasil experimentou suas primeiras contestações radicais ao modelo político da República Velha por meio das agitações armadas promovidas pelos tenentes, que durante a década de 1920 encabeçaram movimentos político-militares no sentido de modernizar a forma de fazer política no país, tornando-se os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo em focos importantes de concentração e iniciativa desse grupo de oposição. A década de 1930 conheceu uma série de dissidências dentro do aparato partidário tradicional, implicando em resistências e movimentos contestatórios internos como a revolta dos frentunistas paulista e gaúchos em 1932 e a oposição florista entre os anos 1935 e 1938.

A presença de paulistas e gaúchos exilados no Uruguai, ao final da fracassada revolta de 1932, não foi um acontecimento acidental. Na verdade, o Uruguai caracterizou-se historicamente por ser o refúgio de grupos políticos dissidentes, ou contrários aos governos situacionistas no Rio Grande do Sul ou no Brasil. A diferença significativa do período que será estudado, refere-se ao apoio recíproco entre os governos nacionais dos dois países, que trocavam informações e vigiavam os exilados do país vizinho, ao mesmo tempo que articulavam tratados de restrição da mobilidade, permeabilidade e complementaridade que ocorriam na região de fronteira.

No presente artigo, será dada ênfase ao espaço sul-rio-grandense, sobretudo na sua região de fronteira com o Uruguai, pois parte-se da premissa que nenhum outro espaço político, social e econômico do Brasil viveu mais intensamente as relações de troca e complementaridade com esse país. A centralização do interesse no período compreendido entre 1930 e 1938, leva em conta que, nesse período, o Uruguai, assim como o Brasil, experimentaram o enfrentamento radical de matrizes ideológicas, projetos políticos e de forças político-militares mobilizadas, que culminaram na ascensão do Estado Nacional centralizador, autoritário e disciplinador das práticas sociais.

2. O Regionalismo no Brasil: Revoluções de 1930 e 1932

A situação política no Rio Grande do sul encontrou novos rumos ao final da década de 1920, devido às transformações sociais e econômicas que potencializaram o surgimento de reivindicações coletivas mais abrangentes, assimiladas por novas correntes ideológicas adversas ao liberalismo até então triunfante (Love, 1995: 228).

Não bastasse essa intensa mobilização de setores contrários à política vigente, o modelo borgista de dominação política dava sinais de exaustão doutrinária e pragmática: era forte a insatisfação da elite econômica ligada à pecuária com o dogmatismo positivista que não consentia a proteção estatal a um setor econômico específico (Boeira, 1980: 43-44), sem esquecer que a economia sul-rio-grandense, estreitamente ligada ao mercado brasileiro, teve de suportar a concorrência interna com outros estados da federação, ao mesmo tempo em que assistia a retração do consumo de produtos primários no mercado internacional (Pesavento, 1980: 23-25).

Diante desse contexto adverso, os republicanos tiveram que adequar sua maneira de fazer política no estado, reconhecendo a incontestável força política que a Aliança Libertadora (1924) reuniu em torno de seus líderes - conduzidos por Assis Brasil - de tal forma que, a partir de 1926, os republicanos Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, entre outros, a quem Joseph Love (1995: 234) consagrou com a denominação de "a geração de 1907", passaram a defender a idéia de uma progressiva aproximação entre as duas correntes rivais, visando construir uma unidade estadual que favorecesse a recuperação econômica e aumentasse a pressão política sobre o centro do poder nacional, representado pelos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em setembro de 1927, Assis Brasil e os demais integrantes da Aliança Libertadora articularam uma importante aproximação com o Partido Democrático de São Paulo (Trindade, 1979: 164), favorecendo uma oposição a nível nacional, que passou a se chamar Partido Democrático Nacional, cuja plataforma destacava o combate à fraude utilizada contra os partidos minoritários pelas máquinas republicanas em seus respectivos estados.

Na seqüência dessa rearticulação política, em março de 1928, ocorreu a fundação do Partido Libertador (PL), substituindo o Partido Federalista. Na sessão de abertura do congresso inaugural, Assis Brasil discursou sobre a postura que a Aliança Libertadora deveria tomar diante do Partido Democrático Nacional, defendendo a aproximação dos libertadores sul-rio-grandenses com os democráticos paulistas (Trindade, 1980: 32-35). Essa aliança com a oposição paulista era fundamental para a projeção partidária dos libertadores e serviu de substrato para a parcial conciliação doutrinária entre os grupos que transitavam pela retórica parlamentarista de Silveira Martins ou pelo republicanismo presidencialista de Assis Brasil.

Entretanto, a pretendida dimensão nacional dessa nova agremiação estava limitada pelo caráter regionalista dos dois partidos estaduais e a sobreposição das duas plataformas políticas se fez às custas da resignação doutrinária dos libertadores parlamentaristas, oriundos do Partido Federalista. No discurso de inauguração do Partido Libertador, Assis Brasil voltou a defender a coparticipação de partidos na condução de projetos políticos, destacando o exemplo uruguaio: "Trinta ou quarenta anos atrás, blancos e colorados só se aproximavam para se apunhalar. Hoje os próprios blancos, partido da oposição, colaboram com os colorados nas esferas do governo. Eles não receiam a aproximação dos adversários políticos." (Trindade, 1980:34)

Interessante notar onde Assis Brasil foi colher o seu exemplo. A vizinha República Oriental do Uruguai experimentou intensas transformações políticas no período compreendido entre 1903-1919, o que certamente não passou despercebido aos políticos do Rio Grande do Sul, pois alguns dos grandes proprietários e líderes destacados da fronteira tinham vínculos com o Uruguai, onde eram fazendeiros e participavam das inquietações revolucionárias. O próprio Assis Brasil manteve um exílio voluntário no Uruguai, entre 1924 e 1927, de onde propagava o seu ideal de *representação e justiça* e difundia um discurso que clamava por reformas eleitorais em favor dos partidos minoritários e a extinção do controle coronelista nos municípios, propondo o voto masculino compulsório e secreto e a nomeação federal dos juizes (Love, 1995:228-229)

Cumprir destacar que essa aproximação ou identificação com os acontecimentos uruguaios deu-se em função dos interesses imediatos, como a necessidade eventual de suprimento bélico ou asilo político, não se tratando, portanto,

de uma convergência de pensamento (Reckziegel, 1999). Assis Brasil citou o exemplo uruguaio mais como um recurso de retórica do que visando estabelecer um paralelo entre as duas realidades, pois o discurso parlamentarista dos libertadores era o caminho vislumbrado para atenuar o domínio do Partido Republicano Riograndense (PRR) e obter maior participação política através do legislativo robustecido, enquanto que o sistema *colegiado*, proposto por José Batlle y Ordoñez em 1913, visava diluir o arbítrio do Presidente da República através de um Executivo compartilhado por nove membros, substituídos, um a um, por eleições diretas. (Vanger, 1991)

Percebe-se que o discurso político implícito no esforço de aproximação dos partidos de oposição paulista e gaúcho questionava a eficácia da oposição regional desarticulada, em relação à preponderância de forças rivais no governo federal. Como lastro ideológico, contesta-se a fraude eleitoral dos partidos republicanos e coloca-se em questão a fragilidade do pacto federativo brasileiro, onde alguns estados preponderariam sobre os demais às custas de precários arranjos momentâneos. Contudo, o que estava em jogo não era a efetiva participação dos cidadãos nos acontecimentos políticos por meio da representação partidária e por pleitos eleitorais transparentes, mas estratégias alternativas de reorganizar os partidos regionais de oposição, como grupo de pressão eficaz na conquista de postos-chaves no governo federal.

O questionamento do sistema eleitoral e o debate entre minorias partidárias e os partidos estabelecidos no poder central não era característica exclusiva do Brasil ou das suas unidades federadas, mas algo que acontecia de forma geral na América Latina, onde a importação do modelo liberal da democracia representativa acabou por traduzir a *reserva do poder* governativo aos membros de uma elite – normalmente associada à posse e exploração da terra, ou às atividades comerciais associadas ao setor primário da economia; a *conservação do poder*, garantida por regras e instituições, assim como pela utilização da força, normalmente incorporados aos textos constitucionais; e *ritualização eleitoral* por meio da manipulação de um eleitorado dócil ou pela fraude. (Jiménez, 2001:43)

Ao contrário de países como Chile e Uruguai, o Brasil republicano fragilizou a *democracia de partidos* pela adoção de um presidencialismo amplamente intervencionista em relação ao sistema político, pela fragmentação partidária em unidades regionais - que o movimento republicano não conseguiu articular - e pela

preponderância de alguns estados federados sobre outros na condução dos assuntos políticos e governamentais mais abrangentes – notoriamente São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia.

Foi nesse contexto que firmou-se a estratégia gaúcha de ascensão ao poder central, quando, em 1929, republicanos e libertadores uniram-se em frente única (FUG), visando à projeção do candidato Getúlio Vargas à magistratura da nação. O sentido pragmático da aproximação entre as antigas facções rivais apontava para a elevação dos partidos políticos do Rio Grande do Sul à condição de protagonistas no Executivo federal, mas tão logo os cavalos foram amarrados no obelisco carioca, estouraram as rivalidades internas e desfez-se a esperança da participação hegemônica dos partidos sul-rio-grandenses na política nacional.

O Partido Libertador (PL) teve sua participação nos acontecimentos de outubro e setembro de 1930 gratificada pela pasta da Agricultura ocupada por Assis Brasil enquanto Batista Lusardo foi nomeado Chefe de Polícia. Já o Partido Republicano Riograndense (PRR) ergueu ao topo do poder federal, além de Getúlio, Lindolfo Collor - como ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e Osvaldo Aranha, como ministro da Justiça. Mas o tempo mostraria que, à exceção de Osvaldo Aranha, a permanência desses gaúchos no governo de Getúlio Vargas seria breve. Nos dois primeiros anos, Getúlio confiou naqueles que mais conhecia, seus companheiros gaúchos, permitindo que assumissem o controle de tabelionatos federais e preenchessem os cargos governamentais. Neste período, Osvaldo Aranha foi o seu mais poderoso assessor e os ministérios da Viação, Justiça e Fazenda ficaram cativos nas mãos dos gaúchos. Contudo, Vargas logo libertou-se dos critérios regionalistas e, em 1934, havia apenas um gaúcho no gabinete, acompanhado de dois paulistas e três mineiros.

Alguns representantes do movimento tenentista, como Juarez Távora e João Alberto, o Tenente Coronel Góes Monteiro e Osvaldo Aranha foram as verdadeiras eminências pardas do governo, compondo o *gabinete negro*, responsável pelo *pacto de Poços de Caldas*, de onde saíram as medidas centralizadoras e autoritárias, como o Código dos Interventores e o Tribunal Revolucionário.

Coloquemos o movimento de 1930 nos seguintes termos: sabemos quem perdeu – Washigton Luiz e seus aliados; mas quem foram os vencedores? Bem cedo a

oligarquia sul-rio-grandense, personificada pelos partidos da Frente Única, viu seus projetos de ascendência sobre o governo federal ruírem diante de um discurso *nacionalista* de Getúlio Vargas, o líder conduzido por eles até o Palácio do Catete.

O crescente afastamento entre a liderança da FUG e o governo federal punha Flores da Cunha como o *peso* preponderante na balança do poder. Ciente do seu papel, Flores da Cunha convocou os prefeitos para uma reunião em que se comprometiam a obedecer ao interventor em qualquer situação, depois criou as guardas municipais e preparou a Brigada Militar e alguns corpos provisórios para as atividades de repressão. No momento definitivo, em que São Paulo deflagrou a sua revolução contra o ditador Getúlio Vargas, o interventor do Rio Grande do Sul abandonou seus antigos correligionários e passou a combatê-los.

Ainda que no centro do discurso revolucionário estivesse o combate às oligarquias (Deca, 1984), e a conseqüente proposta de novas práticas políticas coerentes com a matriz ideológica da democracia representativa e liberal, que ganhou particular projeção com as escaramuças tenentistas e a revolução federalista na década de 1920, o desfecho imediato da *Revolução* de 1930 apenas retomou velhas questões partidárias e regionais, tendo por contraponto uma perspectiva de convergência ainda frágil: a concentração política no aparato de Estado de dimensão nacional.

A derrota dos rebelados sul-rio-grandenses de 1932 não deixou dúvidas sobre o descolamento existente entre o discurso revolucionário e a adesão popular. Além das escaramuças de Santa Maria e Vacaria, só foram detectados conflitos de algum porte em Soledade e em Júlio de Castilhos. Sem contar com respaldo militar, articulação política e mobilização das massas, que permaneceram inertes, Lindolfo Collor, Otacílio Fernandes e João Neves foram para a Argentina; Raul Pilla e Lusardo para Melo, no Uruguai, enquanto que Waldemar Ripoll, junto com outros setenta e três líderes políticos, seguiram rumo a Portugal, embarcados no navio Siqueira Campos.

Batista Lusardo ainda tentou retomar a aliança entre as oposições paulista e gaúcha quando se dirigiu a Lisboa, para detectar a possibilidade de uma rearticulação revolucionária no exterior, encontrando os paulistas num lastimável estado de desânimo (Carneiro, 1978: 35). Posteriormente, seguiu com Ripoll e Chateaubriand num passeio

pela Itália, para depois dirigirem-se a Buenos Aires, onde encontraram um grande número de exilados, oriundos do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

3. O exílio político no Prata

Mesmo com boa parte da FUG no exílio, a situação de Flores da Cunha não era totalmente confortável. Os manifestos dos frentunistas, de outubro e dezembro de 1932, acusavam-no de traidor, desgastando a sua imagem junto à opinião pública. Como forma de amenizar o impacto do apoio dado a Getúlio Vargas em prejuízo de seus companheiros de partido, Flores adotou atitudes de reconciliação, tais como o apelo que fez ao Presidente da República para que Borges de Medeiros fosse internado em território nacional e não seguisse junto com os deportados, ou o envio de Maurício Cardoso para a fronteira com o Uruguai, propondo a reabilitação dos dois partidos tradicionais na política sul-rio-grandense e a nomeação deste emissário para a secretaria do Interior. Os emigrados perceberam a estratégia do interventor e não aceitaram as propostas, preferindo manter as atividades *revolucionárias*, coordenadas no estrangeiro.

Os partidos da FUG estavam, portanto, espremidos entre duas coalizões de forças. O Governo Provisório era o inimigo comum dos partidos regionais que pretendiam controlar a política nacional. No Rio Grande do Sul, Flores da Cunha reuniu em seu partido – o Partido Republicano Liberal – antigos republicanos e libertadores, pecuaristas, agricultores, industriais, profissionais liberais e comerciantes, em torno de um programa liberal que buscava conciliar a autonomia estadual com a dependência econômica em relação ao mercado consumidor brasileiro.

Está na base do discurso regionalista a concepção de região como uma unidade territorial que conta com certa lealdade recíproca de seus habitantes, lealdade esta subordinada ao vínculo com uma unidade maior – o Estado Nação. Neste sentido, regionalismo define-se como um comportamento político caracterizado de uma parte pela aceitação da existência da unidade maior, mas, de outra maneira, pela busca de favoritismo e autonomia diante das políticas econômicas e sociais promovidas pela unidade maior, ainda que isso implique em colocar em questão a legitimidade do regime político vigente. (Love, 1985:4-5)

O discurso revolucionário do governo provisório propunha um vínculo de lealdade pessoal entre os gaúchos e o conterrâneo erguido à condição de Presidente da República contra as oligarquias depostas e alimentava a expectativa de favorecimento econômico e político do Rio Grande do Sul nas políticas governamentais de nível federal. Uma coisa e outra efetivamente aconteceu nos quatro primeiros anos de governo provisório, a exemplo do socorro prestado à falência do Banco Pelotense ou quando da proibição da importação de lãs, em benefício dos criadores sul-riograndenses, ou ainda nos inúmeros pedidos de favorecimento pessoal da apadrinhados, conduzidos por Flores da Cunha ao Presidente da república.

Desse contexto advinha o enfraquecimento do discurso regionalista do PL e do PRR que além de perderem o referencial de oposição ao governo central também perderam a primazia na enunciação do discurso liberal da democracia representativa, uma vez que o Partido Republicano Liberal do interventor incorporou todos os paradigmas reformadores de seus rivais, na plataforma do novo partido.

Para a elite política exilada eram dois os caminhos a seguir: ou insistia no levante armado contra os vencedores de 1932, ou aguardava a evolução dos acontecimentos, para explorar a melhor oportunidade de retorno às atividades partidárias, não mais como partidos preponderantes reunidos em frente única, mas como minoria política contra a hegemonia do Partido Republicano Liberal, de Flores da Cunha.

Em janeiro de 1933, a oposição exilada nos países do Prata não recebia boas notícias daqueles que permaneceram no Brasil. Urbano Garcia mandou uma carta a Raul Pilla informando a necessidade de organizar um congresso do Partido Libertador em Rivera (Uruguai), visando articular os preparativos para a eleição da assembléia constituinte, em maio daquele ano, e posicionou-se contrário às atividades revolucionárias que só acirrariam a repressão e adiariam indefinidamente o retorno à ordem constitucional (Arquivo Raul Pilla, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 16-1-1933).

Na ata de 29 de outubro de 1932, Maurício Cardoso e outros líderes frenteunistas, que permaneceram no Rio Grande do Sul, reuniram-se para afirmar a disposição de conduzir apenas atividades políticas não revolucionárias, pois acreditavam no malogro de qualquer atividade revolucionária e preocupavam-se com

possíveis represálias que tornariam impossível uma negociação com os governos de Getúlio Vargas e Flores da Cunha. (Arquivo Raul Pila, NUPERGS-UFRGS, 1932: doc. 29-10-1932)

A verdade é que não havia motivos para qualquer entusiasmo quer pela opção política, quer pela via revolucionária. Flores da Cunha jogava todo o peso do aparato policial/ militar a sua disposição para calar os frenteunistas, enquanto ensaiava um discurso reconciliador. João Neves percebia a derrota duradoura ao falar dos mortos e feridos de um *meeting* mal sucedido na cidade de Itaqui e colocava ao seu interlocutor que

funcionário aí é negro de senzala – ou adere ou vai para a rua. Em Cachoeira, funcionários com mais de 20 anos foram demitidos. Com que roupa vocês imaginam uma eleição? (...) Vocês alistam, organizam e dirigirão um pleito de resultado previamente conhecido, isto é, são derrotados. (...) Mas se a revolução também não é possível, o que fazer? Vamos ambos (ele e Pilla) cuidar doutra vida. Ele pretende tratar de uma chácara em Rivera ou Libres, com os cobres da Sul América e eu quero ver se viajo para a Europa no começo de maio. (Arquivo Flores da Cunha, NUPERGS-UFRGS, s/d, doc. n.º 832)

Esse suposto pessimismo de João Neves não refletia exatamente a realidade entre os exilados de Buenos Aires. Enquanto os correligionários que foram poupados do exílio optavam pela rearticulação partidária, visando as eleições de 3 de maio de 1933, os líderes republicanos Lindolfo Collor e João Neves e os libertadores Waldemar Ripoll, Glycerio Alves e Baptista Lusardo buscavam estabelecer acordos militares e políticos para a revanche.

O mês de janeiro de 1933 foi de intensa coordenação revolucionária no exterior e no interior do Brasil, conforme percebemos nas palavras de João Neves ao afirmar que as lideranças exiladas estavam sendo procuradas por generais insatisfeitos com a ditadura: “Claro é que os generais nos procuram para uma aliança, por que sabem que temos conosco a força da opinião. Também isso teme Flores da Cunha.” (Arquivo Flores da Cunha, NUPERGS- UFRGS, 1933: doc.10-1-1933) .

À disposição dos frenteunistas estavam possíveis acordos com setores contrários a autonomia estadual defendida e mantida por Flores da Cunha – a exemplo

dos militares ligados a Góes Monteiro - mas isso implicava em abrir mão do posicionamento liberal e federativo que caracterizou a luta dos revolucionários de 1932, em troca de uma contraditória aliança com os inimigos do *traidor* Flores da Cunha. Com o discurso político esvaziado pela plataforma do Partido Republicano Liberal, dependentes do apoio financeiro que viria dos *aliados* paulistas e sem poder criar articulações com forças contrárias ao governo estadual, a liderança partidária exilada achava-se imobilizada.

Imobilidade que crescia com o isolamento internacional proporcionado pelos países do Prata, unidos numa rede de ajuda recíproca para sufocar agitações internas. Importante destacar que entre 1930 e 1935 não houve exatamente uma política de alinhamento entre os países do Prata, mas a ação oportunista de governos assaltados por movimentos contestadores. Segundo Rodrigues e Seitenfus (1995) permaneceu existindo no Brasil as orientações tradicionais do Itamaraty em relação aos seus vizinhos sul-americanos: a) participação ativa nas conferências interamericanas; b) mediação dos conflitos continentais; c) preservação do equilíbrio de forças no Prata.

Assim como no Uruguai, a Argentina também experimentou forte período de instabilidade quando o governo de forte acento popular de Hipólito Yrigoyen, líder máximo da União Cívica Radical, foi deposto por um golpe militar (1930), seguindo-se o governo corrupto de José Evaristo Uriburu, substituído em 1932 pelo General Agustín Pedro Justo, que passou a governar a Argentina com mão de ferro, sufocando os levantes revolucionários de 1932 e 1934. (Rouquié, 1980: 196-198). Seu governo estendeu-se até 1938 e sua política externa procurou estabelecer uma aproximação com o governo brasileiro de Getúlio Vargas, como ficou explícito na sua visita ao Brasil, entre 07 e 13 de outubro de 1933, quando foi recebido entusiasticamente pelo povo carioca e paulista, assinando com Getúlio alguns acordos internacionais de desarmamento e sobre a questão do Chaco. Getúlio, em seu diário, tece um demorado comentário elogioso ao General Justo e conclui: “Parece-me sinceramente decidido a uma política de cooperação com o Brasil”. (Vargas, 1995:243)

Efetivamente, os acordos internacionais assinados por ocasião da visita do presidente argentino ao Brasil, revelam toda uma coordenação diplomática que afetava diretamente a tradicional rivalidade existente as duas partes. Além do pacto de não agressão, foi estabelecida uma política complementar de prevenção e repressão ao

contrabando, proposta uma legislação capaz de regular a navegação entre os dois países, um acordo de extradição de criminosos e convênios de intercâmbio cultural que estimulassem o conagraçamento. (Atos Internacionais... 1933)

De fato, existiam razões bastante concretas que justificavam essa vigilância comum das fronteiras e uma atenção especial aos nacionais internados no território do país vizinho. Desde a fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, revolucionários da União Cívica Radical compravam e passavam armas através do rio Uruguai e dali iniciavam movimentos de invasão do território argentino a exemplo do que aconteceu em princípios de 1933, quando forças leais ao Presidente Justo apreenderam armas compradas oriundas cidade de Uruguaiana. (Arquivo Flores da Cunha, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 11-1-1933)

Em contrapartida a vigilância que o governo argentino mantinha sobre os exilados brasileiros, o embaixador do Brasil na Argentina, transmitia ao governo brasileiro solicitações de vigilância redobrada sobre elementos subversivos como Pomar, Bosch, Madariaga, Avalos e outros argentinos como Africo Serpa e Gabino Hernandez que estariam guardando fuzis e metralhadoras no depósito Montenegro, em Uruguaiana. (Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV, 1933: doc 33.11.25). E o auxílio não se limitava à troca de informações, mas implicava no emprego de força militar para sufocar os rebelados, a exemplo do que aconteceu quando Benjamin Vargas informou ao irmão Presidente que

Revolucionários argentinos tentaram invadir vizinha república em todos os pontos. Distribui minha gente costa Uruguai fim evitar. Consta aqui já terem invadido sobre Uruguaiana, Garruchos e outros pontos. Tudo estou envidando sentido evitar passagem. Neste momento estou fazendo seguir forte contingente para porto São Marcos, donde tive notícias estar passando contingente revolucionário.(Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV, 1933: doc. 33.12.30/1)

Se com a Argentina os entendimentos ainda estavam em fase inicial, pois o General Justo assumiu a Presidência somente em 1932, no Uruguai os acordos políticos e econômicos já vinham sendo estabelecidos desde 1931, como o tratado de livre comércio estabelecido neste ano, que previa a entrada de quatro mil toneladas de charque uruguaio isentos de impostos de importação no mercado consumidor brasileiro.

Se considerarmos que a contrapartida se dava com o arroz, o fumo, a água ardente, o álcool e o açúcar, que não competiam com similares uruguaios, concluiremos que o acordo era bastante favorável à economia do Uruguai.

A situação dos emigrados no Uruguai era de liberdade vigiada. No final de 1932, Getúlio Vargas foi informado que “os próceres do paulismo estão no Uruguai mais tomando leite de boas vacas do que conspirando, porque a descrença deve estar matando as últimas veleidades conspiratórias dessa sinistra camarilha.” (Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV, 1933: 32.10.4/2) Sobre isso, Fernando Caldas escreveu a Raul Pilla que

todas as nossas lutas estiveram numa dependência muito imediata da situação dos países vizinhos: Argentina, Uruguai e, recentemente, o Paraguai. (...) A nossa situação de revolucionários em face do governo Terra é das mais precárias. Esta gente está totalmente entregue aos interesses da ditadura brasileira. Todos os nossos telegramas, sejam de simples cortesia e ainda mesmo quando trafegam por linhas estrangeiras, são remetidos em cópia ao consulado, à legação, aos governos do Rio Grande e Nacional. A devassa é completa. Em fins de abril, precisamente quando mais se falava em anistia, o governo brasileiro transitava a nossa internação junto ao governo Terra. (...) A Argentina ainda é o melhor lugar. O Paraguai como ponto de escoamento de armamentos a baixo custo pelo porto de Esperança. (Arquivo Raul Pilla, NUPERS-UFRGS, 1933: doc. 20-6-1933)

O governo federal e o governo estadual do Rio Grande do Sul não desconheciam que, desde dezembro de 1932, o Uruguai recebia levas crescentes de exilados brasileiros provenientes da revolta fracassada contra o Governo Provisório de Vargas e a fronteira contava com fortes redutos do Partido Libertador, sendo farta a existência de contingentes desmobilizados e disponíveis para pegar em armas em favor da oposição. Flores da Cunha, por sua vez, repetia a estratégia castilhistas de 1893-1895, proporcionando auxílio extra-oficial aos revolucionários uruguaios, comprometendo-os e impedindo qualquer união com a oposição sul-rio-grandense exilada. Neste sentido, favoreceu o contrabando de mais de cinco mil fuzis e conjuntos completos de metralhadoras - comprados por Herrera no Rio de Janeiro - para o interior do território uruguaio, em favor do seu antigo companheiro da revolução de 1923, Nepomuceno Saravia, que os recebeu nas localidades de Masoller, Aceguá, Chuy e Nova Palmira. (Abadie, 1989:219)

Tratava-se de um apoio recíproco entre o governo do Rio Grande do Sul e os *saravistas*, como se pode observar nesta correspondência de Nepomuceno Saravia para Flores da Cunha:

(...) el día 15 estaré en Rivera, a su entera disposición, en cuyo sentido, ya escribí a su hermano, mi amigo Coronel Chico Flores. De acuerdo con nuestra vieja y leal amistad y como consecuente a ella al llegar a Rivera estaré completamente a sus ordenes y quiero expresar a mi digno y noble amigo, en la forma mas radical, que en esta emergencia por la cual atraviesa su país lo acompañaré a vd. personalmente sin análisis de tendencia alguna, vale decir, que estoy con el amigo, en cualquier terreno, por lo cual puede disponer y transmitirme sus instrucciones a Livramento donde estaré a fecha indicada. No escapa a mi compenetración la difícil situación de la política brasileña y principalmente de Rio grande, por lo cual, el amigo podrá apreciar la significación de mi adhesión personal, expresada en forma tan amplia, en que la formulo (República- documentos do Rio e de diversas autoridades, maço 72, 2-8-1932, AHRGS).

João Neves estava atento a esse esforço de Flores da Cunha em cooptar as forças revolucionárias uruguaias, quando levantou suspeitas sobre o auxílio em armamento que recebia Nepomuceno, afirmando com seu estilo único: “O louco (Flores da Cunha) está internacional!” (Arquivo Raul Pilla, 11-1-1933, NUPERGS-UFRGS.) Enquanto isso, Herrera, líder máximo do movimento, não escondia seu livre trânsito entre os políticos situacionistas do Rio Grande do Sul, ao reunir-se num banquete com o clã Flores da Cunha em Livramento ou quando se deslocou até o Rio de Janeiro para a compra de armamentos. (Imaz, 1990:68) Da mesma forma, Nepomuceno deixou claro o franco acesso que tinha ao interventor do Rio Grande do Sul, quando solicitou o seu empenho para resolver uma apreensão de gado que estava sendo trasladado do Brasil para o Uruguai, no que teve pronta resposta positiva. (Arquivo Flores da Cunha, 25-5-1933, NUPERGS-UFRGS)

O governo uruguaio, ainda que contrariado pelo apoio velado de Flores da Cunha aos conspiradores do seu país, mantinha constante vigilância sobre os exilados políticos brasileiros, em benefício do governo de Getúlio Vargas. Para Gabriel Terra era fundamental evitar a articulação desses brasileiros com as forças militares que se organizavam para mais um levante revolucionário, pois sabia que, desde dezembro de 1932, havia toda uma organização montada para o levante no Uruguai: no Norte, junto à fronteira com o Brasil, Nepomuceno seria o chefe militar, Villanueva Saravia

coordenaria as ações no Leste, enquanto Antonio Maria Fernandez agiria no centro e Lizardo Gonzáles no Sul (Abadie, 1989:219).

Contudo, um encontro entre o presidente Terra e o líder da conspiração revolucionária – Luis Herrera - em janeiro de 1933, mudou o rumo dos acontecimentos. Terra era um batllista moderado e tinha sua liderança no partido dificultada pela presença dos filhos de Batlle, herdeiros do legado deixado pelo pai. Além disso, assim como Herrera, tinha restrições ao governo colegiado, razões que tornaram possível a abertura de uma importante via de negociação com o suposto inimigo político.

Depois de propor fórmulas conciliatórias como a eleição de uma Assembléia Constituinte ou a convocação de um plebiscito para a reforma da Constituição de 1919 - que era praticamente imutável por exigir dois terços dos votos para qualquer alteração do seu texto - ouviu de um determinado Herrera que todo esforço conciliatório seria inútil diante da maioria parlamentar de batllistas e anti-herreristas e que uma mudança radical seria necessária para conciliar as partes em conflito. (Abadie, 1989: 222)

Depois do encontro, Terra mandou publicar um manifesto pela paz e Herrera percorreu o interior do país para deter o movimento revolucionário. Dessa atitude, mais de aliados do que de inimigos, surgiu a desconfiança dos batllista e anti-herreristas que publicaram no periódico *El Dia*, em 30 de março de 1933, um manifesto onde afirmavam estar em jogo a democracia e a liberdade pública e acusavam o Presidente de estar montando, entre sombras, a máquina da ditadura. Para o Presidente Terra era chagado o momento decisivo: Se os batllistas e anti-herreristas se unissem no parlamento, poderiam propor o seu impedimento e destituí-lo do cargo.

Em 31 de março de 1933, Gabriel Terra - apoiado por setores conservadores como a Federação Rural, a Federação das Indústrias e a Câmara do Comércio - calou a imprensa oposicionista, desfez o Conselho Nacional de Administração, implantou uma junta de governo, prendeu conselheiros, legisladores e políticos oposicionistas e mandou para o exílio toda a liderança que se opunha ao governo, a exceção do conselheiro batllista Baltasar Brum, que se suicidou em público como forma de protesto.

Pelo exposto até o momento, percebe-se que a região platina não pode ser entendida como um conjunto estanque de estados nacionais – aqui delimitados ao Paraguai, Argentina, Uruguai e porção mais ao sul do Brasil, notoriamente a unidade

federada Rio Grande do Sul – mas como espaço de interação cultural, econômica e política, sobretudo nas áreas de fronteira entre esses países. Em sentido oposto a rigidez com que os estados nacionais querem fixar seus limites, as populações fronteiriças criam mecanismos de ajustamento às normas aduaneiras, migratórias, monetárias e de asilo político que favorecem a *permeabilidade* e a *interatividade* entre grupos sociais aparentemente isolados pelo aparato jurídico e repressivo do Estado. (Rangel, 2002)

Como lembra André R. Martin (1992:42-50), o limite entre dois países é transitório, linear e fruto da vontade política estabelecida, com maior ou menor grau de conflito, entre estados nacionais. Contudo, a fronteira só assume um caráter de distinção entre populações que habitam espaços geográficos muito próximos, graças aos artifícios burocráticos e legais associados aos instrumentos de repressão.

A articulação de conspiradores na região platina foi favorecida por essa permeabilidade com que mercadorias, pessoas e idéias circularam na região de fronteira entre países que, freqüentemente, tiveram de criar legislações rigorosas para controlar as práticas marginais de integração, sobretudo àquelas que punham em risco os governos instalados em âmbito nacional ou suas políticas fiscais e aduaneiras.

Retornando aos exilados brasileiros no Prata, os resultados francamente desfavoráveis nas eleições de maio de 1933 fizeram reacender o fragor revolucionário dos frenteunistas sul-rio-grandenses e de seus aliados do Partido Republicano Paulista. Entretanto, além do isolamento internacional a que estavam submetidos, os integrantes da FUG e os representantes dos paulistas exilados no Prata inauguraram uma série de conflitos internos.

A compra do armamento e sua guarda por uma das frações estaduais (São Paulo ou Rio Grande do Sul), determinaria a preponderância de uma delas no movimento revolucionário, razão pela qual João Neves alertou que os nove mil frascos de perfume (fuzis) que seriam comprados na Europa e passariam à responsabilidade do Coronel Basílio Taborda era “um negócio perigoso para a nossa firma. Chego a pensar que a nós convirá opormo-nos a qualquer transação no momento.” (Arquivo Raul Pilla, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 15-5-1933) As reservas dos exilados gaúchos em relação ao Coronel paulista Taborda tinham as suas justificativas. Raul Pilla em

correspondência a Otacílio Fernandes, relata que após a chegada de Coronel Taborda em Buenos Aires, ele

Ausentou-se com quase todos os seus oficiais e o fez um tanto misteriosamente. Divulgou-se logo que haviam partido para fazer estourar a coisa no Rio Grande. Por mais absurdo que isso parecesse, combinava com certas circunstâncias que nos alarmou. (...) O Coronel Taborda nunca agiu conosco com a necessária franqueza. Organizou em São Paulo um comitê secreto, exclusivamente de perrepistas, entre os quais o famigerado Cariolano Góes, sem nos dar conhecimento. Ia à Montevidéu encontrar-se com emissários de São Paulo e nada nos comunicava, nem antes nem depois. Nunca nos pôs ao corrente do que se faz no Rio Grande e chegou a afirmar que com a Frente Única, ou sem ela, se faria a revolução. (Arquivo Raul Pilla, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 25-2-1933)

Os antagonismos e dissonâncias sufocadas na revolução de 1932 ganhavam fôlego entre os exilados no Prata. O Partido Republicano Paulista (PRP) tinha a preponderância nas decisões da Frente Única de São Paulo e não ocultava que sua principal motivação era a revanche contra o assalto gaúcho ao seu potentado político.

Já o minoritário Partido Democrático aliou-se ao seu antigo rival em atitude francamente oportunista, cuidando das articulações externas a São Paulo, notoriamente com os libertadores sul-rio-grandenses. Logo, o Partido Democrático era o elo que unia São Paulo e o Rio Grande do Sul e esse elo ameaçava romper-se no momento em que o Coronel Basílio Taborda, fortemente ligado ao PRP, iniciou as articulações revolucionárias em Montevidéu, sem dar conhecimento aos líderes gaúchos de Buenos Aires.

A desconfiança dos sul-rio-grandenses em relação à oficialidade paulista - ligada ao PRP - foi relatada por Raul Pilla ao líder democrático Paulo Morais Barros, exilado em Portugal, numa correspondência interceptada e divulgada pelos jornais, causando uma grave comoção entre os aliados de 1932. Segundo as palavras de Raul Pilla, dirigidas a Morais Barros:

Logo que o Lusardo daqui saiu, chegou o Coronel Taborda (...) estava constituindo um núcleo capaz de ir adiantando os trabalhos. Por outro lado, o Tenente Gasipo, tendo assumido posturas e atitudes de chefe, graças aos recursos trazidos de São Paulo, estava perturbando seriamente o ambiente. Foi quando se converteu em designar a título provisório, um chefe militar. A

escolha feita pelos militares e ratificada pelos civis recaiu sobre o Coronel Tabora, que por todos os títulos parecia digno da investidura. Chegada aqui, depois da designação do Coronel Euclides, aquele fez saber que não se submeteria a sua chefia. (...) São Paulo só estava representado aqui pelo Malega, como Delegado do Partido Democrático e o Coronel Tabora do Partido Republicano lhe fazia restrições à autoridade. (jornal *A Federação*, 1-4-1933:8)

O desgaste entre aqueles que estavam unidos contra o *ditador* chegou a ponto de provocar um incidente cavalheiresco: ofendido com as observações de Pilla, o Tenente Gasipo Chagas Pereira desafiou-o para um duelo, tendo por padrinhos Euclides Figueiredo e Batista Lusardo. Seria mesmo espantoso imaginar Raul Pilla resolvendo uma questão política num duelo...

A relação existente entre a cúpula política e os militares exilados no Prata fica mais clara na correspondência que Raul Pilla dirigiu para Otacílio Fernandes, exilado em Passo de los Libres (Argentina), lembrando o acordo realizado em Buenos Aires, quando ficou acertado que “tal questão (a luta armada) deveria ser resolvida por militares, para que não fosse atirada sobre os políticos a culpa do fracasso e que nós (os políticos) somente interviríamos em último caso”, (Arquivo Raul Pilla, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 25-2-1933), nascendo daí a necessidade de um militar estar à frente dos rebelados e o impasse sobre o melhor nome para a função. A solução veio com a intermediação de Waldemar Ripoll que acertou a divisão do comando militar em duas áreas de influência: O Coronel Euclides Figueiredo comandaria o levante no Rio Grande do Sul e o Coronel Basilio Tabora seria o responsável pela articulação com o restante do país.

O efeito negativo desse conflito entre as diversas facções reunidas no exílio, não passou despercebido ao cônsul brasileiro em Buenos Aires, Orlando Leite Ribeiro, que relatou para Flores da Cunha a grande desarmonia existente entre eles: “o grupo que está por cima agora é o do Coronel Figueiredo, que tem o apoio de Lisboa, dos políticos reacionários, ali emigrados, assim como os do Rio Grande e São Paulo. (...) O Tabora e seus adeptos acham-se aqui, parecendo um tanto desmoralizados.” (Arquivo flores da Cunha, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 7-5-1933)

Os conflitos internos não restringiam-se àqueles estabelecidos entre paulistas e sul-rio-grandenses. Os integrantes da FUG digladiavam-se em função dos

nomes que deveriam constituir o conselho revolucionário de Rivera (responsável pelo levante no Rio Grande do Sul) e o de Buenos Aires (responsável pelo restante do país). Firmino Paim e Flori de Azevedo eram contrários à inclusão de Marcial Terra, enquanto Collor e Glicério Alves eram favoráveis a sua escolha como um dos representantes do PRR. Finalmente, chegou-se ao consenso de que seriam quatro os componentes, dois de cada partido: Raul Pilla e Waldemar Ripoll pelo PL e Firmino Paim e Marcial Terra pelo PRR.

Em fins de maio de 1933, a mobilização entre os exilados tornou-se intensa e João Neves reafirmou a sua opção pelo movimento armado, enquanto Raul Pilla, dizendo-se arrependido de ter optado pelo comparecimento da FUG nas eleições de 1933. (Arquivo Raul Pilla, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 17-5-1933). Já Batista Lusardo disse ter saído de Libres com um plano revolucionário próximo ao estabelecido em Rivera e que

a minha impressão da fronteira argentina é boa e promete. Avistei-me com vários elementos de valor e todos firmes. Deixei em Libres o Coronel Conny e o Major Setembrino Mattos, companheiros de real merecimento que vieram colher instruções e relatar o que se observa em Passo Fundo e outros municípios serranos. (Arquivo Raul Pilla, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 18-5-1933)

A preocupação constante com os recursos financeiros revelava a limitação material da eclosão revolucionária, limitação que aumentava à medida que os líderes da FUG mostravam-se resistentes ao estabelecimento de acordos oportunos com facções contrárias às forças detentoras do poder no Brasil. Como já vimos, Góes Monteiro ensaiava vãos autonomistas na direção da Presidência da República, mas Pilla tinha uma visão pessimista com relação a ditadura militar e acrescentava que “se tal coisa se realizar, criará para nós uma situação delicada. Tal é o ódio existente contra Flores, que muitos companheiros nossos se lançarão sem refletir em qualquer movimento contra ele, sem considerar que se criará, provavelmente, uma situação pior que a atual.” (Arquivo Raul Pilla, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 5-5-1933)

A mesma recusa aconteceu quando Ripoll trouxe e defendeu uma proposta de auxílio, conseguida por intermédio do Tenente Gasipo com o emigrado argentino

Miguel Russo, nos seguintes termos: após a vitória, os dois chefes da Frente Única fariam uma declaração garantindo a propaganda da doutrina comunista, a organização do respectivo partido e o restabelecimento das transações comerciais com os *Sovietes*, em troca de trinta mil contos de réis para a revolução. (Arquivo Raul Pilla, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 17-5-1933)

A possibilidade de uma associação entre exilados brasileiros e comunistas argentinos ou uruguaios não chegava a ser uma variável significativa para o governo desses países, mas existia uma certa crença de que no Uruguai e sobretudo na Argentina os comunistas estavam mais enraizados nos meios de comunicação e que tinham maior projeção sobre a sociedade. Getúlio Vargas chegou a ser informado de uma alarmante propaganda *bolchevique* entre os argentinos, que contava com cerca de oitenta revistas e jornais e mais de cinquenta mil comunistas fichados na polícia. (Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, doc. nº. 36.12.02/2) Quanto ao Uruguai, é conhecido o grande apoio que Gabriel Terra e a imprensa uruguia deram ao Presidente brasileiro por ocasião da tentativa comunista de 1935 e de quanto isso foi utilizado para combater os socialistas e comunistas uruguaios. (Frega; Maronna; Trochón, 1995)

Sem o apoio material de organizações movidas por ideologias estranhas ao pensamento conservador da elite brasileira exilada, sem querer contar com forças políticas internas do Brasil que desejavam o afastamento de Getúlio Vargas, restava o apoio recíproco dos aliados de 1932. Mas essa esperança logo se dissipou. Benjamim Soares Cabello descreveu a expectativa dos exilados sul-rio-grandenses em relação ao apoio financeiro que viria de São Paulo, desta forma:

Os exilados aguardavam a oportunidade de lutar novamente quando souberam que os dirigentes paulistas se aproximavam da ditadura, em troca do governo de São Paulo. Nessa ocasião as providências para um levante de vastas proporções estavam muito adiantadas, traçavam-se febrilmente planos de invasão por diferentes pontos do Rio Grande e as ligações se intensificavam. Boas notícias chegavam sobre a preparação de levantes em guarnições fundamentais, e de vez em quando vinham notícias de São Paulo e do Rio de Janeiro, como verdadeiros raios de luz, como esperança e como certeza. A situação objetiva era, pois, animadora, para aqueles que longe da pátria, comungavam do sofrimento do seu povo. É o desânimo, a desilusão, a revolta mesmo que deles se apoderou assim que o Sr. Azevedo Sodré levou ao Prata a palavra de abandono, são fáceis de compreender. (Jornal *Correio do Povo*, 15-3-1938:18)

A revolução prevista para junho daquele ano tinha mais do que limitações financeiras. Na verdade, estava comprometida por uma grave cisão interna entre os exilados. Pilla era o porta-voz daqueles que não acreditavam no sucesso do levante revolucionário, defendia a necessidade de sondar os ânimos no Rio Grande do Sul, tinha receios de não corresponder às expectativas dos aliados paulistas e propunha muita prudência na propaganda revolucionária. Outro era o posicionamento de João Neves e Batista Lusardo que de Buenos Aires mantinham contato com os correligionários estabelecidos em Rivera - Ripoll, Leonardo Ribeiro e Glicério Alves – para que estes articulassem a revanche contra Flores da Cunha.

O Comitê de Rivera teve ativa participação de Waldemar Ripoll, que auxiliou na montagem das doze zonas revolucionárias no interior do Rio Grande do Sul, as quais deveriam comunicar a Rivera seus trabalhos na fabricação de explosivos, bombas e granadas. Além disso, teriam um rádio transmissor e receptor e confeccionariam relatórios descrevendo os elementos civis, militares, armamento, munição e dinheiro que conseguissem angariar.

Enquanto alguns exilados no Prata tramavam o levante contra o *traidor* Flores da Cunha e o *ditador* à nível federal, mesmo sem o apoio de importantes lideranças como Raul Pilla, os partidos de São Paulo tratavam de aproximar-se de Getúlio Vargas e garantir o mando político no estado com o beneplácito do Catete. Em maio de 1933, o advogado Justo Mendes de Moraes foi o encarregado de aproximar a elite do PD e do PRP com Getúlio, no que resultou na formação da “Chapa Única por São Paulo Unido”, sustentada pelos dois partidos, os moços da Federação dos Voluntários, a Liga Católica e classes conservadoras, com o apoio velado do governo federal.(Silva, 1985:155-158)

Sem poder contar com apoio dos paulistas, dois grupos formaram-se entre os exilados: Waldemar Ripoll liderava aqueles que acreditavam num levante apenas no Rio Grande do Sul; Raul Pilla conduzia o setor que defendia a volta à normalidade política, que viria após a concessão da anistia. Quando os preparativos de levante para o mês de junho de 1933 estavam nos seus momentos culminantes, Flores da Cunha iniciou uma devassa no interior do estado, prendendo suspeitos, transferindo chefes militares da Brigada e do Exército e anulando qualquer possibilidade de rebelião. (Arquivo Flores da Cunha, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 5-7-1933)

Oswaldo Aranha também acompanhava as atividades dos exilados e informou a Flores da Cunha que estes pretendiam evitar a reunião da assembléia constituinte e que mandariam cinco homens, sob a direção de um ex-capitão da Brigada Militar, para assassiná-lo, sendo esse atentado o sinal para o início do movimento. Acrescentou, ainda, que o primeiro ponto a ser ocupado seria Santana do Livramento e que Waldemar Ripoll havia se deslocado para Uruguaiana para dar início aos preparativos revolucionários, os quais tinham ramificações em todo o território nacional. (Arquivo Flores da Cunha, NUPERGS-UFRGS, 1933: doc. 11-7-1933)

Com a revolução morta em seu nascedouro e com a campanha de isolamento patrocinada por Raul Pilla, Waldemar Ripoll e seus companheiros adeptos do levante só no Rio Grande do Sul ficaram expostos às ações de vigilância e coerção desenvolvidas por Flores da Cunha, através das autoridades instaladas na cidade de Santana do livramento, notoriamente por Chico Flores, chefe político local e irmão do Presidente do estado. Além disso, desde junho de 1933 já vinham ocorrendo negociações entre as lideranças partidárias exiladas e o governo do Rio Grande do Sul, visando estabelecer as condições para o retorno às atividades políticas ordinárias no estado. Neste sentido, Assis Brasil encontrou-se com Lima Cavalcanti em Buenos Aires e Afrânio de Melo Franco com Lusardo em Montevidéu. Além disso, a partir de agosto de 1933, o governo federal acenou com a possibilidade de anistia aos militares envolvidos na revolução de 1932, o que ocasionou uma grande desmobilização entre aqueles que já não contavam com recursos financeiros para se manter no exterior.

Para rebater qualquer ameaça a sua liderança no interior do partido e rechaçar definitivamente a hipótese de revolução, Raul Pilla convocou Batista Lusardo como representante do Comitê de Buenos Aires e Anacleto Firpo para uma reunião em 21 de dezembro de 1933, no que resultou numa ata deliberativa reprovando o levante só no Rio Grande do Sul. Completamente isolado, Waldemar Ripoll e mais alguns integrantes do Partido Libertador, associados a oficiais de baixa patente e praças da Brigada Militar e do Exército, persistiram em suas conspirações, deixando proliferar boatos de raptos e de um possível plano de assassinato de Flores da Cunha. Essa conjuntura mais fictícia do que verídica, acabou favorecendo o brutal assassinato de Waldemar Ripoll, na cidade de Rivera, morto a golpes de machado, enquanto dormia. (Rangel, 2001)

4. Considerações Finais

As atividades conspiratórias desenvolvidas por paulistas e sul-riograndenses no Uruguai e na Argentina faziam parte de ajustamento maior entre as forças políticas tradicionais, com base nos partidos de feição liberal, e a nova conjuntura econômica e social que dominava os países capitalistas periféricos. Entretanto, para além do aspecto econômico, havia uma tendência à centralização política e administrativa por parte dos governos nacionais, para fazer frente às demandas sociais mobilizadas diante da crise dos primeiros anos da década de 1930. Essa tendência encontrou resistência dos setores políticos identificados com as práticas – ainda que distorcidas – da democracia representativa e do pluralismo partidário, favorecendo a articulação de diversos grupos e facções partidárias de oposição aos governos centrais do Brasil e do Uruguai em atividades conspiratórias na região do Prata.

Nesse contexto, o espaço platino foi cenário da circulação de idéias e articulações conspiratórias, que, mesmo sendo tributárias de paradigmas tradicionais baseados no liberalismo político, apresentaram-se, naquele momento, como os discursos divergentes do movimento de centralização política e administrativa promovido pelos governos centrais do Brasil, Uruguai e Argentina. Os efeitos dessa resistência foram mínimos por conta da censura e da repressão promovidas logo após a implantação dos golpes de estado e continuaram a ser reduzidos mesmo depois de estabelecidas as regras eleitorais, não apenas como consequência das fraudes, mas pelo esvaziamento do discurso liberal que não soube ou não pode propor alternativas viáveis e eficazes para os efeitos sociais e econômicos da crise da primeira metade da década de 1930.

A imobilização dos grupos de exilados tornou-se ainda mais evidente com a coordenação dos governos do Uruguai, Brasil e Argentina, visando o controle das atividades conspiratórias. Esse apoio recíproco, bem mais que mero oportunismo frente às ameaças revolucionárias, demonstrava uma convergência quanto à compreensão do papel do Estado frente aos indivíduos, como entidade tutelar e realizadora, sem o entrave das facções partidárias, frequentemente atreladas aos interesses regionais ou às personalidades de líderes condutores.

Referências Bibliográficas

ABADIE, Washington R. *Historia del Partido Nacional*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

ATOS INTERNACIONAIS FIRMADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO EX-CORONELENTÍSSIMO SENHOR GENERAL AGUSTIN P. JUSTO PRESIDENTE DA NAÇÃO ARGENTINA. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio. 1933.

BOEIRA, Nelson. O rio grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando. (Org.) *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 35-59, 1980.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José; PÉREZ, Romeo. La partidocracia uruguaya. *Cuadernos del claeH*, Montevidéo, v.1, n. 44, p. 37-61, 1987.

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: o último caudilho*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira. 1978. 2 v.

DECCA, Edgar de . *O silêncio dos vencidos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1984.

FREGA, Ana; MORONNA, Mônica; TROCHÓN, Yvette. Frente popular y concertación democrática: los partidos de izquierda ante la dictadura terrista, in *cuadernos*, Montevidéo, CLAEH, n. 10, v.2, 1985, p. 49-62.

IMAZ, Ricardo Rocha. *Los blancos: de Oribe a Lacalle (1836-1990)*. 5 ed. Montevidéo: Ediciones Blancas, 1990.

JIMÉNEZ, Alfredo R. *Los partidos políticos latinoamericanos – un estudio comparativo*. Mérida: Universidad de los Andes, 2001.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo Gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva. 1995.

LOVE, Joseph L. Una aproximación al regionalismo. *Ceres*, Barranquilla – Colômbia, v.1, n.5, p. 3-19, 1985.

MACHADO, Carlos. *Historia de los orientales: de Batlle a los 70*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1997. 3 v.

MARTIN, André R. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.

PESAVENTO, Sandra J. *RS: Economia e poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

RANGEL, Carlos R. R. *Crime e Castigo: conflitos políticos no RS (1928-1938)* Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

RANGEL, Carlos R. R. yo soy... tu és: memória e identidade nacional, in *História Oral*, São Paulo, Associação Brasileira de História Oral, n. 5, v. 5, p. 107-130, 2002.

RECKZIEGEL, Ana Luiza S. *A diplomacia marginal*. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo : UPF Editora. 1999.

RODRIGUES, J. H. ; SEITENFUS, Ricardo A . *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1995

ROUQUIÉ, Alain. Papéis e comportamento político das forças armadas na América Latina (1930-1945). Algumas reflexões para um estudo comparativo. In: *A Revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: UNB, 1980, p. 196-198.

SILVA, Hélio. *O poder civil*. Porto Alegre: L&PM. 1985.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRINDADE, Hégio. (Org.) *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)* . Porto Alegre: L & PM. 1980.

VANGER, Milton I. *El pais modelo- José Batlle y Ordoñez (1907-1915)* 2.ed. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental. 1991.

VARGAS, Getúlio D. *Diários*. São Paulo : Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995. 1 e 2 v.